

CONTRATO Nº. 003/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 CONFORME PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 002/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2026 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA ASSESSORIA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ÊNFASE NA ORIENTAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, CONVÊNIOS, CONTRATOS, LICITAÇÕES, TERCEIRIZAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PRESTAÇÕES DE CONTAS, ATENDIMENTOS AOS RELATÓRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO TCE/RS, CORRIGIR PROCEDIMENTOS, PRESTANDO INFORMAÇÕES E OS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS E OUTRAS ATIVIDADES ATRELADAS, ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E ORIENTAÇÕES JURÍDICAS SOBRE OUTROS ATOS ADMINISTRATIVO MUNICIPAIS, 08 HORAS SEMANAIS PREFERENCIALMENTE NAS SEGUNDAS E QUINTAS FEIRAS, PELO PERÍODO DE 04 (QUATRO) HORAS DIÁRIAS.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE REDENTORA, CNPJ nº. 94.726.825/0001-31, com sede na Rua Pedro Luiz Costa, nº. 552, centro, na cidade de Redentora, representada legalmente pelo seu Presidente, o Vereador **VANDERLEI DA ROSA**, brasileiro, solteiro, agente político, vereador, inscrito no CPF nº. 765.043.520-20, RG nº. 1062401896, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Apóstolo Sagrada Família, 347, Bairro Alfredo Vier, município de Redentora –RS, do Município de Redentora.

CONTRATADA: DELLA FLORA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob nº 49.536.570/0001-90, com sede na Avenida Constante Luiz Gemelli, nº 263, Sala 02, Centro, Redentora/RS, neste ato representado pelo representante legal, Sr. Lázaro Mateus Della Flora Crescente portador do CPF sob o nº 026.435.660-84, residente e domiciliado na Rua dos Jacarandas nº 125, Bairro Cristina, na cidade de Crissiumal-RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA: o presente contrato é estabelecido nos termos da Lei Complementar nº 14.133/2021.

OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA: Contratação de empresa especializada Assessoria Jurídica para a prestação de serviços com ênfase na orientação em Administração de pessoal, convênios, contratos, licitações, terceirizações de serviços públicos, prestações de contas, atendimentos aos relatórios do Tribunal de contas do Estado TCE/RS, corrigir procedimentos, prestando informações e os esclarecimentos necessários e outras atividades atreladas, atendimento às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal e Orientações jurídicas sobre outros atos Administrativo Municipais, 08 horas semanais preferencialmente nas segundas e quintas feiras, pelo período de 04 (quatro) horas diárias.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VL UNIT.	VL TOTAL
01	Contratação de empresa especializada Assessoria Jurídica para a prestação de serviços com ênfase na orientação em Administração de pessoal, convênios, contratos, licitações, terceirizações de serviços públicos, prestações de contas, atendimentos aos relatórios do Tribunal de contas do Estado TCE/RS, corrigir procedimentos, prestando informações e os esclarecimentos necessários e outras atividades atreladas, atendimento às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal e Orientações jurídicas sobre outros atos Administrativo Municipais, 08 horas semanais preferencialmente nas segundas e quintas feiras, pelo período de 04 (quatro) horas diárias.	11	Mês	R\$ 5.500,00	R\$ 60.500,00
VALOR TOTAL: (sessenta mil e quinhentos reais)				R\$ 60.500,00	

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA TERCEIRA: Os serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA são os descritos abaixo:

- a) Consultoria na área Jurídica com ênfase em: Administração de pessoal; receitas; controle interno; admissões de servidores; contratações emergenciais de servidores; licitações; terceirizações de serviços públicos; prestação de contas; atuar na revisão e atualização da legislação municipal, despesas de pessoal a curto e médio prazo; Agentes Políticos; administração de materiais e patrimônio; pagamento de agentes políticos; atendimento ao Relatório do Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS; corrigir procedimentos prestando informações e os esclarecimentos necessários e outras atividades correlatas; atendimento às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal; orientações jurídicas e contábeis pertinentes à Lei Complementar Federal nº 14.133/21 e suas alterações.
- b) Consultoria na área Legislativa, referente a assuntos da Secretaria da Câmara Municipal de Redentora e de Proposições, esclarecendo dúvidas referentes à Legislação pertinente em especial a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara, emitindo Parecer quando solicitado para embasamento de decisões.
- c) Consultoria na área Administrativa de contratação de estagiários, referente a assuntos de compatibilidade entre o curso realizado e a atividade a ser desenvolvida na Câmara Municipal de Redentora.
- d) Auxiliar a Comissão de Licitação referente a assuntos de Compras, elaboração de editais, recebimento de propostas, julgamentos, recursos e demais assuntos que envolvam o certame, com base na legislação pertinente e suas alterações, emitindo Parecer quando solicitado para embasamento de decisões.
- e) Auxiliar as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Redentora referente a assuntos de Projetos de Lei, Expedientes de Plenário, CPIs e demais atividades das Comissões emitindo Parecer quando solicitado para embasamento de decisões.
- f) Auxiliar na elaboração das respostas aos Pedidos de documentos e Informações efetuados pelo Tribunal de Contas, quando da Auditoria Anual das Contas Públicas.
- g) Prestar atendimento remoto por telefone e/ou via internet e pessoalmente, com profissionais capacitados.
- h) Prestar atendimento, com profissionais capacitados, 02 (duas) vezes por semana, preferencialmente nas segundas e quintas feiras, pelo período de 04 horas diárias.
- i) Manter rigorosamente em dia as despesas com os respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, referentes aos consultores que prestarem atendimento para Câmara Municipal de Redentora, fazendo prova mensal da quitação de tais obrigações.

j) Manter atualizado o banco de Leis que regem a Administração Pública, enviando as leis, normas e regulamentos e portarias para a Câmara Municipal de Redentora, sempre que as mesmas sofrerem alterações e forem reeditadas.

CLÁUSULA QUARTA: Caso seja necessárias mais de duas visitas semanais *in loco*, de que trata a letra "i", será agendado previamente com a CONTRATADA, respeitando sua disponibilidade e o valor desta visita será orçado previamente e autorizado pelo Presidente.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA compromete-se a manter em pleno funcionamento, canal telefônico e via email no período do horário comercial, de segunda a sexta-feira, para esclarecimentos da CONTRATANTE, fornecendo os números e o nome de cada Consultor, por área, assim como o(s) endereço(s) eletrônico(s), na data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: O prazo para atendimento das solicitações feitas por email e/ou telefone é de até 48 horas a contar da solicitação, salvo nos casos de matéria de alta complexidade, caso em que o prazo será fixado de comum acordo entre as partes.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA SÉTIMA: A Contratante compromete-se a:

- a) Ofertar instalações adequadas para realização de Consultoria *in loco*, possibilitando a pleno desenvolvimento destas atividades.
- b) Efetuar os pagamentos até o quinto dia útil do mês subsequente, após envio de Nota Fiscal de Serviços pela empresa contratada, juntamente com relatório as atividades realizadas no referido mês.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA OITAVA: As despesas decorrentes do presente contratado correrão por conta da Rubrica:

Câmara Municipal de Vereadores
Projeto: 01.01 01 31 0001 2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
3390 35 00 00 000 – 101 - Serviço de Consultoria

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA: O preço para a prestação do serviço, objeto deste contrato, é de **R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)** mensais, conforme proposta da CONTRATADA, totalizando o valor total de R\$ 60.500,00 (sessenta mil quinhentos reais).

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao preço constante da Cláusula anterior não será admitido acréscimo de despesa com obrigações sociais, fiscais, comerciais e trabalhistas e outras pertinentes ao objeto licitado, independente da ocorrência ou não de fato superveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: No último dia útil de cada mês, a empresa contratada enviará para tesouraria da Câmara Municipal de Redentora, Nota de Serviços, com valor expresso em REAIS referentes à mensalidade e ainda, relatório detalhando as atividades realizadas no referido mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O pagamento do serviço referente ao item anterior, será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente.

DURAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente contrato, entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado conforme Lei nº 14.133/21.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: AS PARTES sujeitar-se-ão as seguintes penalidades:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: *Advertência:*

a) por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, as quais não sejam descumprimento de cláusula contratual, não podendo ultrapassar um total de 02 (duas) para a mesma irregularidade;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: *Multa sobre o valor total máximo do contrato:*

- a) de 1% (um por cento) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma da legislação pertinente;
 - b) de 2% (dos por cento) juntamente com a terceira advertência por escrito, para a mesma irregularidade.
- A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor total máximo do contrato sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: *Declaração de inidoneidade* para contratar com a Administração Pública Estadual e Federal, emitida pela Câmara, nos casos de falta grave da Contratada, desde que já tenha sofrido as sanções mencionadas nas Cláusulas Décima Quinta e Décima Sexta e ainda persista, devendo esta declaração ser publicada no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA: *Responsabilidade Civil*

Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Os valores das penalidades e das multas referidos neste contrato serão descontados de quaisquer importâncias devidas pela Câmara à Contratada, ou mediante pagamento, ficando o prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação, para recurso, garantindo assim a ampla defesa.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Este contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral da Câmara, art. 90 § 7º da Lei 14.133/21;
- b) A extinção se dará nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, compativelmente com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação comprovadas na licitação que lhe corresponde.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: elege-se o Foro de Coronel Bicaco para dirimir quaisquer questões decorrentes deste instrumento, ou de sua execução, com expressa renúncia de qualquer outro.

E por assim estarem justas e acordadas firmam as partes o presente contrato, em duas (03) vias de igual teor e forma, com duas (02) testemunhas abaixo qualificadas, para que produza jurídicos e legais efeitos.

Redentora, 02 de fevereiro de 2026.

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Vanderlei da Rosa
Presidente
Contratante

.....
Della Flora Advogados Associados
CNPJ: 49.536.570/0001-90
Rep. Legal: Lázaro Mateus Della Flora Crescente
CPF: 026.435.660-84
Contratada

Testemunhas:

1º _____

2º _____